

Entre *La Dissémination* e *La parole muette*: um diálogo entre Jacques Derrida e Jacques Rancière ao redor do *Fedro*, de Platão

Renan Ferreira da Silva

Doutorando em Filosofia [USP]

Bolsista FAPESP

renan2.silva@usp.br

Resumo: A comunicação aqui proposta tem como objetivo efetuar uma interlocução entre os filósofos Jacques Derrida e Jacques Rancière a partir da leitura que ambos propõem do diálogo *Fedro*, de Platão, em especial do mito do nascimento da escrita presente no final do diálogo. Nossa intenção é mostrar que *La Dissémination*, obra de Derrida que reúne quatro artigos, cujas primeiras versões datam de 1968-1970, e que fora publicada em 1972, desempenha um papel enigmático em uma das primeiras obras de Rancière que versa sobre estética e poética: *La parole muette: Essai sur les contradictions de la littérature* (1998). Apesar da perceptível semelhança entre a sua leitura e aquela feita há mais de duas décadas por Derrida, Rancière curiosamente não credita o filósofo da *différance* por nenhuma das ideias presentes no texto, particularmente as de “escrita” e “democracia”. Podendo se tratar de uma dívida não reconhecida, a omissão do nome de Derrida ocorre porque, segundo alguns comentadores, ele é representado por procuração: via Maurice Blanchot. De fato, Blanchot é um alvo claro em *La parole muette*, em especial por unir à ideia de “errância” própria à escrita a noção de *désœuvrement*. Entretanto, apesar da influência blanchotiana nos escritos de Derrida, e ao contrário dessa leitura, nosso objetivo é expor a influência das ideias de “escrita” e “democracia” derridianas nos conceitos homônimos que aparecem em *La parole muette*, revelando, dessa maneira, que Rancière possui uma relação significativa e, de certo modo, matizada com a desconstrução.

Palavras-chave: Derrida; Rancière; *Fedro*; Escrita; Democracia; Ambiguidade.

Introdução

Em 1998, o filósofo francês Jacques Rancière publica seu livro *La parole muette: Essai sur les contradictions de la littérature*, o qual compõe, juntamente com *Le maître ignorant* e *La méésentente*, o elenco dos trabalhos mais fundamentais de sua primeira fase teórica. Nela, Rancière busca compreender o acontecimento que foi o surgimento da literatura como “experiência e prática autônoma da linguagem” (RANCIÈRE, 2017, p. 29), ao contrário da definição clássica própria à tradição das *belles-lettres*. Para o filósofo, há um deslizamento de sentido, uma revolução silenciosa e imperceptível: pelo termo “literatura” compreendia-se, no séc. XVIII, uma forma de saber específico, aquele do literato, do homem de literatura, com o qual o permitia apreciar as *belles-lettres*; a partir do romantismo, ele passa a designar uma forma de produção artística, tornando-se “propriamente a atividade daquele que escreve” (RANCIÈRE, 2017, p. 28). Coextensiva ao que Rancière identifica como revolução estética, a qual trouxe à luz o regime estético das artes, a literatura opõe à hierarquia dos gêneros, ao primado da ficção, à conformidade entre tema e estilo, assim como à ideia da palavra em ação que configuram o regime clássico da representação, cujo

núcleo é composto pela *Poética*, de Aristóteles, a primazia da linguagem, a igualdade dos temas e personagens representados, a indiferença do estilo em relação ao tema, bem como o modelo da escritura.

Nessa obra, de importância singular para as reflexões de Rancière no campo da estética, o filósofo nos apresenta uma leitura do diálogo *Fedro*, de Platão, a qual se assemelha àquela feita anteriormente por Jacques Derrida em “*La pharmacie de Platon*”, presente no livro *La Dissémination*, publicado pela primeira vez em 1969, ou seja, trinta anos antes de *La parole muette*. Assim como seu professor na prestigiosa *École Normale Supérieure*, Rancière retorna ao texto platônico, precisamente ao mito¹ narrado por Sócrates no final do diálogo sobre a invenção da escrita. Vejamos, brevemente, o teor desse mito.

De acordo com o relato de Sócrates, a divindade egípcia Theuth ou (Thoth), correlato do deus grego Hermes, inventor do número, do cálculo, da geometria e da astronomia (274c-d)², presenteia o rei faraó do Egito Thamous com a sua mais nova invenção, a escrita: “Eis, ó rei, o conhecimento que tornará os egípcios mais ‘sábios e mais lembrados; pois, de memória e de sabedoria, foi encontrado o medicamento (*pharmakon*)” (274e). Muito apreciada por Theuth, essa nova invenção, todavia, é rejeitada pelo faraó:

Ó tecnicíssimo Theuth, um é o capaz de engendrar os elementos da arte, outro o de julgar a parte de dano e de utilidade que ela tem para os que vão usá-la. E assim é que agora tu, sendo o pai das letras, por afeição disseste o contrário do que elas podem. Pois isto, nos que o aprenderam, esquecimento em suas almas produzirá com o não exercício da memória, porque, na escrita confiando, é de fora, por alheias impressões e não por eles mesmos, que se recordam; assim, não para a memória, mas para a recordação encontraste um medicamento. (275a)

Uma vez que os efeitos da escrita seriam, ao longo prazo, mais negativos do que positivos, Thamous rejeita o presente a ele concedido. Ao confiarem na linguagem escrita, os homens passariam a prescindir do uso de sua memória, confiando somente nas impressões exteriores. E, ao invés de auxiliar no conhecimento, fazendo dos homens sábios, a escrita, ao contrário, torná-los-ia “aparentes sábios em vez de sábios” (275b), pois a eles seria transmitido não a verdadeira sabedoria, mas a sua aparência. Nesse sentido, o fármaco da escrita seria um malefício ao bem maior dos homens, a memória.

Na sequência do relato, Sócrates aponta para a semelhança da escrita com a pintura: nesta, os seres engendrados “estão como se fossem vivos; porém se lhes perguntas algo, solene e total é o seu silêncio” (275d). Igualmente, a escrita se cala diante do questionamento. Seu mutismo obstinado não é perturbado diante da indagação, respondendo sempre e somente uma e a mesma coisa (275d). Além disso, ao ser inscrita no papel, a palavra “fica rolando por toda parte todo discurso, igualmente entre os que sabem como entre aqueles com os quais nada tem a ver, e nunca sabe a quem justamente deve falar e a quem não” (275e), incapacitada de se proteger e de se amparar por si mesma. Faz-se necessário, portanto, considerar um outro discurso, do qual a escrita seria um simulacro: trata-se do *logos* vivo e animado, “que se escreve com ciência na alma do que aprende, e que pode se defender e sabe falar e calar diante de quem é preciso” (276a).

1 Sobre a questão do *mythos* (ou *muthos*) em Platão: “Foi Platão quem deu ao antigo grego *muthos* o significado que o termo ‘mito’ tem hoje para nós. Na língua grega, o significado de *muthos* se modificou de acordo com as transformações que afetaram o vocabulário do ‘dizer’ e do ‘falar’, durante uma evolução histórica da qual a obra de Platão é o termo; antes de Platão, *muthos* significa simplesmente ‘palavra’, ‘opinião que é expressa’; depois, designa esse tipo de história infalsável que se refere aos deuses, aos *daemons*, aos heróis, aos habitantes do Hades e aos homens do passado”. Cf. BRISSON, L.; PRADEAU, J-F. *Le vocabulaire de Platon*. Paris: Ellipses, 1998, p. 35.

2 Para esta comunicação, utilizamos a tradução do diálogo feita por José Cavalcante de Souza. Cf.: PLATÃO. *Fedro*. São Paulo: Editora 34, 2016.

1. Jacques Rancière e a palavra muda-falante

A crítica platônica da escrita, à primeira vista, parece paradoxal: como a escrita pode ser, simultaneamente, muda e falante? Isto é, como ela pode, ao mesmo tempo, ser criticada pelo seu mutismo — responder sempre uma e mesma coisa —, como também pela sua loquacidade — o discurso que rola por toda parte sem saber a quem se destina, falando a todos? De acordo com Rancière, esse caráter paradoxal é somente aparente. A escrita é muda porque “não há nenhuma voz presente para dar o tom de verdade às palavras que ela organiza, para acompanhá-las de modo a semeá-las no espírito preparado para as receber e fazê-las frutificar” (RANCIÈRE, 2017, p. 08). Ou seja, sendo desprovida daquilo que fornece ao *logos* vivo a sua potencialidade, a saber, sua paternidade, a escrita, enquanto palavra muda, é também uma palavra órfã. É este caráter de orfandade torna-a, igualmente, falante demais: “a letra morta vai rolar de um lado para o outro sem saber a quem se destina, a quem deve ou não falar” (RANCIÈRE, 2017, p. 09). Disponível a qualquer um, a escrita pode receber uma voz que não seja a dela, desenvolvendo uma nova cena discursiva, ou melhor, uma nova partilha do sensível. Por esse motivo, segundo Rancière, a escrita é irreduzível a um meio de conservação do saber e reprodução da palavra. Ela significa, de acordo com o filósofo, um novo regime da palavra, “um regime específico de enunciação e circulação da palavra e do saber”, regime da palavra órfã em total disponibilidade, que desestabiliza a relação ordenada entre enunciador, mensagem e receptor, “palavra que fala por si, esquecida de sua origem, leviana em relação ao seu destinatário” (RANCIÈRE, 2010, p. 82). Esse outro regime anunciado pela escrita, Rancière conclui, não é outra coisa senão a democracia: “A democracia é o regime da escrita”, isto é, “o regime da palavra órfã, em disponibilidade” (RANCIÈRE, 2010, p. 83).

Ora, é difícil ler essa conclusão sem nos lembrarmos da seguinte afirmação de Jacques Derrida presente em “*La pharmacie de Platon*”: “Disponível para todos e para qualquer um, oferecida nas calçadas, a escritura não é essencialmente democrática?” (DERRIDA, 2005, p. 115). Ao inferir, a partir do texto de Platão, que a escrita é um regime específico da palavra, uma “duplicação essencial da ideia de escrita” (RANCIÈRE, 2010, p. 82) entre palavra muda-órfã e palavra viva, ideia central para a sua teoria da escrita e da literatura, Rancière revisita a célebre discussão formulada por Derrida sobre a escrita compreendida como *pharmakon*.

2. Derrida, o *pharmakon*, a *différance*

Em sua extensa e detalhada leitura do *Fedro* presente em “*La pharmacie de Platon*”, Derrida volta a sua atenção para a problemática gerada pela ambivalência do termo grego *pharmakon* para designar a escrita, como vimos em 274e, este ser “que nenhuma ‘lógica’ pode reter numa definição não contraditória” (DERRIDA, 2005, p. 79), cuja polissemia carrega sentidos múltiplos e opostos, significando, simultaneamente, “droga” e “medicina”, “remédio” e “veneno”. De *dúnamis* ambígua, Platão, através da voz do rei, procura dominar os efeitos nocivos da escrita: pressupondo que a intenção do deus Theuth é apresentar a escrita como um “remédio”, medicina benéfica que auxiliaria no saber ao reduzir o esquecimento, a resposta do rei prevê que a efetividade do *pharmakon* possa se inverter: “E assim é que agora tu, sendo o pai das letras, por afeição disseste o contrário do que elas [as palavras escritas] podem” (275a). Somente em aparência a escrita seria positiva para a memória. Na realidade, por ser exterior a esta, de acordo com Platão, o *pharmakon* é essencialmente deletério, gerando não a verdade e o conhecimento, mas a opinião, isto é, a aparência de verdade, produzindo “o jogo da aparência a favor do qual ele se faz passar pela verdade” (DERRIDA, 2005, p. 58). Para Platão, anular os efeitos nocivos do *pharmakon* consiste em “dominar sua definição na oposição simples e nítida” (DERRIDA, 2005, p. 58), ou seja, significa compreender e dominar a escrita a partir da própria oposição lógica mediante a qual ela é pensada, a saber, entre “bem” e “mal”, “verdadeiro” e “falso”, “essência” e “aparência”, “interior”

e “exterior” etc. Desse modo, ao examinar a denúncia platônica da malignidade da escrita como *pharmakon*, Derrida nos mostra o processo perpetrado pela metafísica ocidental para neutralizar a ambiguidade e seus efeitos, suspendendo toda questão da indecidibilidade.

No *Fedro*, esse procedimento tem seu início, vimos, na resposta de Thamoua a Theuth, mas voltará a ocorrer em momentos subsequentes do diálogo, como quando Sócrates contrapõe a assimilação das ideias mediante a palavra viva e animada da dialética àquela presumida pela escrita: enquanto a primeira garantiria a verdadeira sabedoria ao escrever “na alma sobre o justo e o belo e o bom” (278a), a segunda escreve-se sobre o papel dos discursos a serem lidos, discursos “incapazes de assistir-se a si mesmos pela fala, incapazes de ensinar suficientemente a verdade” (276c), introduzindo, assim, a oposição entre a “boa” e a “má” escrita, isto é, entre “bom” e “ruim”. Esta diferença também será retomada quando Sócrates afirma que a escrita pode servir como forma de divertimento ao dialético, sendo preferida a outras formas de jogos, emergindo, assim, uma distinção “entre o jogo no ‘bom’ sentido e o jogo no ‘mau’ sentido da palavra” (DERRIDA, 2005, p. 126).

Ao acolher em si a binarização, o *pharmakon* é submetido ao procedimento dialético da filosofia, através do qual ela coopta um dos polos e exclui o outro, transmutando em veneno o remédio, e vice-versa (DERRIDA, 2005, p. 88). Isso porque, não possuindo uma “essência estável, nem caráter ‘próprio’, ele não é, em nenhum sentido dessa palavra (metafísico, físico, químico, alquímico), uma *substância*” (DERRIDA, 2005, p. 89, grifo do autor). Ou seja, por não encerrar uma identidade em si, o *pharmakon*, pela sua ambivalência, constitui “o meio no qual se opõem os opostos, o movimento e o jogo que os relaciona mutuamente, os reverte e os faz passar um no outro (alma/corpo, bem/mal, dentro/fora, memória/esquecimento, fala/escritura etc.)” (DERRIDA, 2005, p. 90). Pode-se alegar que o *pharmakon* da escrita pode auxiliar na memória, por exemplo ao registrar falas e acontecimentos ocorridos num outro tempo e espaço, sendo, portanto, tomado como um remédio que cura o esquecimento. Ao mesmo tempo, pode-se, igualmente, defender o *pharmakon* da escrita como um veneno que prejudica a atividade da memória ao tentar substituí-la, não passando, assim, de simulacro. Ora, Derrida não defende a ideia segundo a qual a oposição entre remédio e veneno precede a diferença entre bom e mal. Na realidade, o filósofo argumenta que “o *pharmakon* é a condição sobre a qual a oposição entre remédio e veneno, bem e mal, fala e escrita, e assim por diante, é produzida” (LUCY, 2004, pp. 91-92). O *pharmakon*, segundo Derrida, vem primeiro, sendo “o meio anterior no qual se produz a diferenciação em geral” (DERRIDA, 2005, p. 89). Ele é o movimento, o jogo, a produção da diferença: “ele é a *différance* da diferença. Ele mantém em reserva, na sua sombra e vigília indecisas, os diferentes e os diferindos que a discriminação virá aí recortar” (DERRIDA, 2005, p. 91).

O *pharmakon* é a *différance*, e não a diferença. Ao contrário desta, a *différance* não diz respeito a uma relação estruturada, na qual opõem-se dois termos antagônicos. Ela surge, enquanto movimento, na relação entre fundamento e fundado, pois diz respeito ao “jogo sistemático das diferenças, dos rastros de diferenças, do *espaçamento* pelo qual os elementos se remetem uns aos outros” (DERRIDA, 2001, p. 33, grifo do autor). É sobre a *différance*, enquanto “fundo diacrítico e diferente” que “as contradições e os pares de opostos se levantam” (DERRIDA, 2005, p. 91). Sendo anterior (não no sentido de um presente imodificado e indiferente), é a partir da *différance* que a diferença e os diferentes são produzidos, já que ela é “a raiz comum de todas as oposições de conceitos que escandem nossa linguagem” (DERRIDA, 2001, p. 15), jogo sincrônico das diferenças que permitem a cadeia de significações. Nada precedendo a *différance*, Derrida demonstra que, dada a primordialidade da ambiguidade, da origem não plena e não simples da *différance*, os conceitos e os filosofemas encontram-se num solo movediço, não fixados num terreno ontológico seguro, como antes acreditou a metafísica. Isso porque, ao colocar em questão o valor de presença, o privilégio concedido ao presente, à consciência (em termos platônicos: ao querer dizer, ao *logos* vivo e animado, acompanhado de sua paternidade que o assegura), a *différance* passa a estabelecer

a presença “não mais como a forma matricial absoluta do ser, mas como uma ‘determinação’ e com um ‘efeito’” (DERRIDA, 1991, p. 49). Por esse motivo, quando Platão, no *Fedro*, acreditou ter neutralizado em conceitos fixos a ambiguidade fundamental do *pharmakon*, ele apreendeu somente seu fantasma: “a escritura como *pharmakon* [...] abandona apenas seu espectro à lógica que só pode querer dominá-la” (DERRIDA, 2005, p. 59). Nesse sentido, poderíamos constatar que o *pharmakon* derridiano “aponta para um modelo de política no qual a ambiguidade está associada a uma fuga da dominação” (HOA, 2019, p. 153), ou seja, está associada à emancipação, mesmo que Derrida se abstenha de, abertamente, desenvolver pretensões políticas em *La Dissémination*.

3. A ambiguidade da escrita entre Derrida e Rancière

A despeito das semelhanças, Rancière não reconhece a dívida com Derrida, especialmente no que concerne ao valor político da escrita e sua potencialidade democrática. Em *La parole muette*, não há nenhuma menção ao filósofo da desconstrução, situação que não passou despercebida por alguns comentadores. Em seu artigo *Mute Speech: The Silence of Literature in Rancière’s Aesthetic Paradigm*, Giuseppina Mecchia escreve: “é uma surpresa ver Rancière retomar quase literalmente a leitura fornecida por Derrida da versão de Platão do relato de Sócrates sobre as origens da escrita no *Fedro*, sem, no entanto, mencioná-lo” (MECCHIA, 2017, p. 100, tradução nossa), repetindo em nota na mesma página que as semelhanças entre os textos de Rancière e Derrida são “tão claras que não podem ser consideradas coincidências” (MECCHIA, 2017, p. 100, tradução nossa). Mecchia, contudo, fornece sua explicação para essa dívida não reconhecida. Para a comentadora, o nome de Derrida desaparece do texto de *La parole muette* pois ele se encontra representado por outro: “Até certo ponto, Derrida é substituído por um de seus predecessores favoritos, Maurice Blanchot” (MECCHIA, 2017, p. 101, tradução nossa). Já em outro texto, também em nota, Alison James ressalta que a leitura de Rancière do *Fedro* claramente é devedora da “*La pharmacie de Platon*” (JAMES, 2017, p. 252). James observa que Rancière está de acordo com a crítica derridiana do privilégio do *logos* vivo sobre a escrita, a qual ocorre pela crítica à metafísica da presença. Todavia, aponta que Rancière “se preocupa menos com a indeterminação da escrita como *pharmakon* do que com a ordem social que atribui um lugar próprio a diferentes modos de discurso” (JAMES, 2017, p. 252, tradução nossa).

Apesar desses comentadores observarem algo que, muitas vezes, é negligenciado nos estudos da obra de Rancière, acreditamos que Rancière trava um diálogo mais complexo e proeminente do que suas leituras dão a entender. Não acreditamos, em primeiro lugar, que Derrida se reduza a um avatar de Blanchot, tampouco que haja alguma espécie de cópia por parte de Rancière das investigações propostas por Derrida. É preciso lembrar que Derrida foi uma figura influente para toda a geração de filósofos dos anos 1960-70, da qual Rancière fez parte. Apesar de, num primeiro momento, Rancière fazer parte do entusiasmo althusseriano e, depois, ter sido influenciado em grande medida pelas preocupações e procedimentos de Michel Foucault, o filósofo franco-argelino elabora um percurso intelectual singular, voltando a sua preocupação para os arquivos e a palavra operária, para a igualdade e democracia, mas também para o campo da arte e da estética. Pela sua singularidade, não seria estranho Derrida aparecer como uma influência oblíqua, isto é, crítica, a qual poderia ser observada, por exemplo, no posicionamento da leitura do *Fedro* na topografia de *La parole muette*. Situando-a no meio do livro, na segunda das três partes que o constitui, entre a crise das *Belles-Lettres* e o nascimento da literatura, Rancière poderia estar homenageando a leitura feita pelo seu antigo professor em “*La pharmacie de Platon*”, situando a questão do nascimento da escrita “no centro muito bem calculado do diálogo” (DERRIDA, 2005, p. 13), uma vez que, segundo Derrida, ela compõe “a grande dobra que divide o diálogo” (DERRIDA, 2005, p. 13).

Tanto Derrida quanto Rancière avistam na escrita sua ambiguidade constituinte. Para este, qualquer um pode, pela errância da palavra muda, “construir uma nova cena de fala” (RANCIÈRE, 2017, p. 09), uma nova partilha do sensível que embaralha as maneiras de ser, dizer e fazer, embaralhando as vozes e os enunciados. Inaugurando um novo regime da palavra, a escrita desregula as hierarquias das ocupações, perturbando a ordenação dos corpos e dos discursos na comunidade republicana sonhada por Platão, onde cada ser possui uma posição determinada em função da atividade que lhe é própria. Desse modo, a escrita desfaz toda ideia de lugar próprio e de propriedade, permitindo ao sujeito, pela tomada de palavra, extrair-se a si mesmo das categorias de identificação e classificação, promovendo aquilo que Rancière denomina de subjetivação política, o qual ocorre através de processos de desidentificação, ou, em termos próximos àqueles de Derrida, da desconstrução do sujeito em sua identidade a si.

Vimos, assim, que ambos os filósofos defendem a potencialidade do caráter ambíguo da escrita. No entanto, um possível desacordo entre eles estaria na ênfase dada por Rancière à forma da especificidade dessa ambiguidade. De fato, para Derrida, “não basta dizer que a escrita é concebida a partir desta ou daquela série de oposições”, mas “a partir da própria *oposição*” (DERRIDA, 2005, p. 59, grifo nosso). Se pensarmos em caráter emancipatório, então o processo de dominação deve ser pensado a partir da ambiguidade em si. É o que faz Derrida com a sua lógica da *différance*: ao propor uma “origem” não plena e não simples, um movimento constante e furtivo, nem inteiro e nem divisível, Derrida tem em vista tornar inoperante a metafísica com suas pretensões de neutralização das oposições. Por sua vez, Rancière foca em outro aspecto da ambiguidade, a saber, a palavra muda-falante. Como vimos, Sócrates crítica a mudez da escrita: “estão como se fossem vivos; porém se lhes perguntas algo, solene e total é o seu silêncio” (275d). Ao mesmo tempo, aponta o perigo de sua perambulação, pois fica rolando por toda parte, sem saber a quem falar ou a quem calar, mantendo-se incapaz de se assistir a si mesma. Ora, vimos, tal paradoxo é somente aparente, pois é “esse mutismo [que] torna a palavra escrita demasiadamente falante” (RANCIÈRE, 2010, p. 81). Enquanto Derrida foca na *différance* do *pharmakon*, na sua indecidibilidade entre remédio e veneno, bom e mal, Rancière se preocupa com ambiguidade específica da palavra muda-falante e seus efeitos no tecido da comunidade sensível. Tanto Derrida quanto Rancière visitam o diálogo platônico, e concordam em sua crítica ao privilégio dado por Platão ao *logos* em detrimento da palavra escrita. Entretanto, ao incorporar de uma forma matizada a leitura derridiana, Rancière retira conclusões próximas, mas, no fim, distintas daquelas alcançadas por Derrida: para ele, a escrita não é o *pharmakon* indecidível, mas a “palavra muda-loquaz” (RANCIÈRE, 2010, p. 84).

Referências Bibliográficas:

- BRISSON, L.; PRADEAU, J-F. *Le vocabulaire de Platon*. Paris : Ellipses, 1998.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991.
- DERRIDA, J. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- HOA, J. H. B. Ghosts, Fictions, and the Rule of Chance: Rancière on Derrida’s Dissemination. *Mosaic: an interdisciplinary critical journal*, vol. 52, no. 4, 2019, pp. 149-169.
- JAMES, A. Mute Speech. In: BAY, P. *Understanding Rancière, Understanding Modernism*. London: Bloomsbury, 2017.
- LUCY, N. *A Derrida Dictionary*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

MECCHIA, G. Mute Speech: The Silence of Literature in Rancière's Aesthetic Paradigm. In: BAY, P. *Understanding Rancière, Understanding Modernism*. London: Bloomsbury, 2017.

PLATÃO. *Fedro*. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora 34, 2016.

RANCIÈRE, J. *La parole muette : essai sur les contradictions de la littérature*. Paris : Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2010.

_____. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramallete; Laís Eleonora Vilanova, *et al.* São Paulo: Editora 34, 2017.